

## Alerta Legislação nº 22, de 29 maio a 3 jun. 2017

### Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil  
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

## DESTAQUES

### Governo Federal

#### ■ **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 783, DE 31 DE MAIO DE 2017**

Institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

#### ■ **LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016**

Altera a [Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#), que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#) (Lei de Improbidade Administrativa), e a [Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990](#), que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.

### Governo do Estado de São Paulo

#### ■ **DECRETO Nº 62.607, DE 31 DE MAIO DE 2017**

Suspende o expediente das repartições públicas estaduais no dia 16 de junho de 2017 e dá providências correlatas  
(...)

**Artigo 1º** - Fica suspenso o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 16 de junho de 2017.

**Artigo 2º** - Em decorrência do disposto no artigo 1º deste decreto, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas, à razão de 1 (uma) hora diária, a partir do dia 05 de junho deste ano, observada a jornada de trabalho a que estiverem sujeitos.

§ 1º - Caberá ao superior hierárquico determinar, em relação a cada servidor, a compensação a ser feita de acordo com o interesse e a peculiaridade do serviço.

### IMPrensa Oficial do Estado S/A

#### ■ **COMUNICADO**

A Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP comunica que, a partir de 1º de Junho de 2017, encerram-se a impressão e distribuição do Diário Oficial do Estado de São Paulo.

O Diário Oficial continuará a ser produzido regularmente, disponível apenas na versão eletrônica, através do *website* [www.imprensaOficial.com.br](http://www.imprensaOficial.com.br), com mecanismo de busca por palavras, caderno, data e ano de publicação.

A certificação digital atribuída às páginas do Diário Oficial, gravada no rodapé de cada página, autentica o *status* de documento válido e original.

Destacamos ainda que as publicações continuarão a ser transmitidas normalmente via sistema Pubnet, conforme os horários preestabelecidos.

As edições estarão disponíveis para consulta diariamente, a partir das 05h00 da manhã.

Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

**PUBLICAÇÃO  
DOU**

**SUPERIOR**

**Edição Extra  
01/06/2017**

### **RETIFICAÇÃO**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 782, DE 31 DE MAIO DE 2017**

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

*(Publicada no DOU de 31 de maio de 2017 - Seção 1, Edição Extra)*

**01/06/2017**

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016**

Altera a [Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003](#), que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, a [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](#) (Lei de Improbidade Administrativa), e a [Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990](#), que "dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências.

### **RETIFICAÇÃO**

#### **DECRETO Nº 9.013, DE 29 DE MARÇO DE 2017**

Regulamenta a [Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950](#), e a [Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989](#), que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

*(Publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2017, Seção 1)*

#### **DECRETO Nº 9.069, DE 31 DE MAIO 2017**

Altera o [Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017](#), que regulamenta a [Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950](#), e a [Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989](#), que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

**Edição Extra  
31/05/2017**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 783, DE 31 DE MAIO DE 2017**

Institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 782, DE 31 DE MAIO DE 2017**

Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

#### **DECRETO Nº 9.068, DE 31 DE MAIO DE 2017**

Altera o [Decreto nº 8.795, de 30 de junho de 2016](#), que dispõe sobre a realização, no exercício de 2016, de despesas inscritas em restos a pagar não processados.

#### **DECRETO Nº 9.066, DE 31 DE MAIO DE 2017**

	<p>Regulamenta o inciso V do caput do art. 17 da <a href="#">Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993</a>, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.064, DE 31 DE MAIO DE 2017</u></b>  Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a <a href="#">Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006</a>, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais.</p>
<p><b>Edição Extra 30/05/2017</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 9.063, DE 30 DE MAIO DE 2017</u></b>  Institui o Comitê Brasil-China de Cooperação para Expansão da Capacidade Produtiva.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 9.062, DE 30 DE MAIO DE 2017</u></b>  Altera o <a href="#">Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017</a>, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2017.</p>
<p><b>30/05/2017</b></p>	<p><b>REPUBLICAÇÃO</b>  <b><u>DECRETO Nº 9.057, DE 25 DE MAIO DE 2017 (*)</u></b>  Regulamenta o art. 80 da <a href="#">Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</a>, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.  (*) <i>Republicação do art. 9º do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, por ter constado incorreção, quanto ao original, na Edição do Diário Oficial da União de 26 de maio de 2017, Seção 1.</i></p>
<p><b>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA FEDERAL</b></p>
<p><b>Atos do Congresso Nacional (CN)</b></p>	<p><b><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2017</u></b>  O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a <a href="#">Medida Provisória nº 753, de 19 de dezembro de 2016</a>, que "Altera a <a href="#">Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016</a>, para dispor sobre compartilhamento de recursos", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 28 de maio do corrente ano.  Congresso Nacional, em 30 de maio de 2017  <b>Senador EUNÍCIO OLIVEIRA</b>  Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p><b>Atos do Senado Federal (SF)</b></p>	<p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 2017</u></b>  Altera a Resolução do Senado Federal nº 7, de 2017, para flexibilizar o cronograma de liberação e a contrapartida dos recursos de que trata a autorização para contratação de operação de crédito externo entre o Município de Manaus (AM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).</p>

<p><b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</b></p>	<p><b>SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA)</b>  <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 30 DE MAIO DE 2017</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> Fica definido, na forma desta Instrução Normativa, o cronograma de execução do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - PNCRC/Vegetal para o ano de 2017, conforme a seguir:  (...)</p>
<p><b>Ministério da Educação</b></p>	<p><b>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 104, DE 24 DE MAIO DE 2017</u></b>  Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da CAPES, para o período 2017-2019.</p> <p><b>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 432, DE 31 DE MAIO DE 2017</u></b>  Dispõe sobre o prazo para realização de aditamentos dos contratos de financiamento concedidos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).</p>
<p><b>Ministério da Fazenda (MF)</b></p>	<p><b>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 4.575, DE 31 DE MAIO DE 2017</u></b>  Ajusta normas a serem aplicadas às operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) de que trata o Capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), a partir de 1º de julho de 2017.</p> <p><b>CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF)</b>  → Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias  <b><u>CIRCULAR Nº 768, DE 30 DE MAIO DE 2017</u></b>  Define a documentação para instrução de pedidos de exclusão/alteração de registro de operações de financiamento habitacional operadas com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, no âmbito do Programa Crédito Solidário (PCS) e do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E) no Cadastro Nacional de Mutuários - CADMUT.</p> <p><b><u>CIRCULAR Nº 765, DE 11 DE MAIO DE 2017</u></b>  Divulga versão atualizada do Manual de Fomento - Carteira Administrada do FGTS.</p> <p><b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)</b>  → Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança  <b><u>ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 25 DE MAIO DE 2017</u></b>  Orienta os contribuintes do ITR quanto à regularização cadastral e fiscal decorrente do procedimento de vinculação previsto na Instrução Normativa Conjunta RFB/Incrá nº 1.581, de 17 de agosto de 2015, nos casos em que foram emitidos Nirfs distintos para parcelas de um mesmo imóvel rural.</p>

Ministério da  
Saúde (MS)

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)**  
**PORTARIA Nº 854, DE 30 DE MAIO DE 2017**

Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos Corporativos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

**RESOLUÇÃO - RE Nº 1.428, DE 30 DE MAIO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 07 do produto DIABO VERDE DESENTUPIDOR DE PIAS E RALOS, fabricado por Inez Bentivoglio Beneficiadora - EPP (CNPJ: 06.995.465/0001-06).

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.427, DE 30 DE MAIO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote F54064 do medicamento EPITZAN pomada oftálmica estéril (Val 27/Julho/2018) fabricado por Allergan Produtos Farmacêuticos LTDA (CNPJ 43.426.626/0001-77).

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.426, DE 30 DE MAIO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 8417A (Validade 03/2018) do medicamento TYLEMAX (Paracetamol), solução oral, 200 mg/ml, fabricado por Natulab Laboratório S/A (CNPJ: 02.456.955/0001-83).

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.425, DE 30 DE MAIO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto ROGAINE (MINOXIDIL), sem registro, notificação ou cadastro na ANVISA, fabricado por empresa desconhecida, divulgados por meio dos sites <http://rogainedasil.commercesuite.com.br> e <http://www.rogainedobrasil.com.br/> e por qualquer outro tipo de mídia.

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.424, DE 30 DE MAIO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da divulgação irregular de medicamentos, veiculado pela empresa " Vida Comércio de Medicamentos Ltda " (CNPJ 06.273.675/0002-71), através de mídia ou por qualquer outro meio de divulgação.

(...)

**RESOLUÇÃO-RE Nº 1.423, DE 30 DE MAIO DE 2017**

(...)

**Art. 1º** Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 2444907 (validade 08/2018) do medicamento Cloridrato de Amitriptilina comprimidos

	<p>25 mg, e do lote 3122900 (validade 05/2018) do medicamento Carbamazepina comprimidos 200 mg, fabricados por Laboratório Teuto Brasileiro S/A (CNPJ: 17.159.229/0001-76). (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.422, DE 30 DE MAIO DE 2017</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação e distribuição do medicamento ACNEZIL 5% GEL (peróxido de benzoíla), em forma farmacêutica divergente da prevista na RDC 199/2006 e IN 03/2009, fabricado pela empresa Cimed Indústria de Medicamentos Ltda (CNPJ: 02.814.497/0002-98). (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.421, DE 30 DE MAIO DE 2017</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 0015898 (Val. 06/2017) do medicamento Dormec (ácido acetilsalicílico) comprimidos 100 mg, fabricado por IMEC – Indústria de Medicamentos Custódia Ltda (CNPJ: 08.055.634/0002-34). (...)</p> <p>– <b>Diretoria Colegiada (DC)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.413, DE 26 DE MAIO DE 2017</u></b> (...)</p> <p><b>Art. 1º</b> Determinar como medida de interesse sanitário, em todo território nacional, a suspensão da importação, distribuição e uso dos lotes 137Q6010B (Val. 02/2018) e 137Q6010C (Val. 02/2018), da vacina conjugada adsorvida antidiftérica, antitetânica, antioqueluche, contra hepatite B e Haemophilus Influenzae tipo B, fabricada por Serum Institut of India Ltd, localizada em Hadapsar, 212/2, Pune - 411028, Índia. (...)</p>
<p><b>Ministério das Cidades (MCidades)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA Nº 406, DE 1º DE JUNHO DE 2017</u></b> Divulga propostas habilitadas para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 402, DE 30 DE MAIO DE 2017</u></b> Altera a Portaria nº 267, de 22 de março de 2017, que dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).</p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 768, DE 23 DE MAIO DE 2017</u></b> Altera a Resolução Normativa no 414/2010, para aprimorar os</p>

	critérios de classificação das unidades consumidoras e dá outras providências.
<b>Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria- Geral da União - CGU</b>	<b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 30 DE MAIO DE 2017</u></b> (...) <b>Art. 1º</b> Os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal poderão celebrar, nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo, Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, desde que atendidos os requisitos previstos nesta instrução normativa. (...)
<b>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</b>	<b>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA)</b> <b><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA ANA/DAEE Nº 925, DE 29 DE MAIO DE 2017</u></b> Dispõe sobre as condições de operação para o Sistema Cantareira - SC, delimitado, para os fins desta Resolução, como o conjunto dos reservatórios Jaguari-Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro. <b>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)</b> <b><u>PORTARIA Nº 371, DE 30 DE MAIO DE 2017</u></b> Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Lafigueira Naturarte. Processo ICMBio/MMA nº 02070.014429/2016-51.
<b>Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil</b>	<b>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT)</b> → <b>Diretoria Colegiada (DC)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 5.347, DE 24 DE MAIO DE 2017</u></b> Aprova a 1ª Revisão Ordinária, a 2ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP do Contrato de Concessão da Ponte Presidente Costa e Silva, BR- 101/RJ (Ponte Rio-Niterói), explorada pela ECOPONTE – Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A.
<b>Ministério Público da União (MPU)</b>	<b>MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT)</b> → <b>Procuradoria-Geral</b> <b><u>PORTARIA Nº 583, DE 22 DE MAIO DE 2017</u></b> (...) <b>Art. 1º</b> Instituir a Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual e da Discriminação no âmbito do Ministério Público do Trabalho, a qual tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações para a prevenção e enfrentamento dessas situações no âmbito da Instituição. (...)
<b>Publicação DOE-SP</b>	<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>

PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
02/06/2017	<p><b><u>DECRETO Nº 62.613, DE 1º DE JUNHO DE 2017</u></b>  Institui o Programa “Frota Nova Municípios” e dá providências correlatas  (...) <b>Artigo 1º</b> - Fica instituído o Programa “<b>Frota Nova Municípios</b>” para a concessão de financiamentos visando a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos novos pelos Municípios paulistas.  (...)</p>
01/06/2017	<p><b><u>LEI Nº 16.430, DE 31 DE MAIO DE 2017</u></b>  Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica</p> <p><b><u>LEI Nº 16.429, DE 31 DE MAIO DE 2017</u></b>  Classifica como de Interesse Turístico os Municípios que especifica</p> <p><b><u>DECRETO Nº 62.607, DE 31 DE MAIO DE 2017</u></b>  Suspende o expediente das repartições públicas estaduais no dia 16 de junho de 2017 e dá providências correlatas  (...) <b>Artigo 1º</b> - Fica suspenso o expediente nas repartições públicas estaduais no dia 16 de junho de 2017.  <b>Artigo 2º</b> - Em decorrência do disposto no artigo 1º deste decreto, os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas, à razão de 1 (uma) hora diária, a partir do dia 05 de junho deste ano, observada a jornada de trabalho a que estiverem sujeitos.  § 1º - Caberá ao superior hierárquico determinar, em relação a cada servidor, a compensação a ser feita de acordo com o interesse e a peculiaridade do serviço.  (...) <b>Retificação do D.O. de 1º-6-2017</b>  <b>No referendo, onde se lê:</b>  <b>Romildo de Pinho Campello</b>  <b>Secretário-Adjunto, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Turismo</b>  <b>leia-se:</b>  <b>Daniel Marcon Parra</b>  <b>Chefe de Gabinete, Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Turismo</b></p> <p><b><u>DECRETO Nº 62.604, DE 31 DE MAIO DE 2017</u></b>  Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Ambulatório Médico de Especialidades de Santa Bárbara D’Oeste - AME Santa Bárbara D’Oeste e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 62.603, DE 31 DE MAIO DE 2017</u></b>  Altera a denominação da Coordenação de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo – COED, da Secretaria de Desenvolvimento Social, para Coordenadoria de Políticas sobre Drogas do Estado de São Paulo – COED, dispõe sobre sua organização e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 62.602, DE 31 DE MAIO DE 2017</u></b>  Dispõe sobre a criação de unidades escolares na Secretaria da Educação e dá providências correlatas  <i>Região Araraquara, no Município de Araraquara; Região Mogi Mirim, no Município de Conchal; Região Presidente Prudente, no Município de Presidente Prudente; Região</i></p>

	Votorantim, no Município de Votorantim
<b>30/05/2017</b>	<p><b><u>LEI Nº 16.428, DE 29 DE MAIO DE 2017</u></b> Cria o Fundo Especial de Custeio de Perícias – FEP, nos termos que especifica</p> <p><b><u>DECRETO Nº 62.599, DE 29 DE MAIO DE 2017</u></b> Dispõe sobre as transferências que especifica e dá providências correlatas</p> <p><b><u>DECRETO Nº 62.598, DE 29 DE MAIO DE 2017</u></b> Organiza a Secretaria de Planejamento e Gestão e dá providências correlatas</p>
<b>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</b>	<b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b>
<b>Desenvolvimento Social (SEDS)</b>	<p><b>CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS)</b> <b><u>DELIBERAÇÃO CONSEAS/SP-10, DE 24-5-2017</u></b> Regulamenta a XI Conferência Estadual de Assistência [Social de São Paulo]</p>
<b>Esporte, Lazer e Juventude (SELJ)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SELJ - 18, DE 30-5-2017</u></b> Dispõe sobre os parâmetros de precificação de projetos no âmbito da Lei Paulista de Incentivo ao Esporte e dá outras providências</p>
<b>Fazenda (SF)</b>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SAA/SEFAZ 01, DE 02-06-2017</u></b> Institui a gratuidade na consulta pontual ao valor da terra nua e de imóveis rurais com benfeitorias, para efeito da determinação da base de cálculo do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SF 49, DE 01-06-2017</u></b> Aprova o roteiro contábil completo para registro dos depósitos judiciais a que se refere a EC 94/2016 (...) <b>Artigo 1º</b> - Fica aprovado o Roteiro Contábil da Contadoria Geral do Estado - CGE, para registro dos depósitos judiciais a que se refere a EC 94/2016, nos termos do anexo que integra esta Resolução. (...)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SF 48, DE 01-06-2017</u></b> Dispõe sobre a celebração de convênios com Municípios Paulistas visando a utilização do Sistema Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - BEC/SP para realização de procedimento de dispensa de licitação e de licitação na modalidade pregão, ambos por meio eletrônico</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SF/APE 521, DE 26-05-2017</u></b></p>

O Secretário da Fazenda aprova os índices e observações do Comunicado 645 da Assessoria de Política Econômica de 26-05-2017, que fazem parte integrante desta Resolução.

**RESOLUÇÃO SF/APE 520, DE 26-05-2017**

Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no [Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03](#) e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03

**RESOLUÇÃO SF-47, DE 31-5-2017**

Dispõe sobre a revisão dos valores da despesa diária de condução

**RESOLUÇÃO SF-46, DE 30-5-2017**

Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

**COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)**

**PORTARIA CAF-G - 17, DE 31-5-2017**

O Chefe de Gabinete respondendo pelo expediente da Coordenadoria da Administração Financeira, resolve:

(...)

**Art. 1º** - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referente ao mês de Maio/2017 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária obedecendo a seguinte escala:

Dia 06-06-2017 – Celetistas;

Dia 07-06-2017 - Órgãos subordinados ao Gabinete do Governador, Secretarias de Estado e Pensões Especiais.

(...)

**PORTARIA CAF/G-16, DE 26-5-2017**

Altera dispositivo da Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-CPA 1, de 11-01-2017(\*)

(\*) *Estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2017*

**SUPLEMENTO - FAZENDA**

**COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**NOTIFICAÇÃO**

Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da [Lei 13.296/08](#).

**Governo (SG)**

**AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP)**

**DELIBERAÇÃO ARSESP-730, DE 29-5-2017**

Dispõe sobre o ajuste provisório dos valores das Margens de Distribuição, atualização do Custo Médio Ponderado do gás e do transporte e sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas, e sobre as Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás canalizado Gás Natural São Paulo Sul S.A

**DELIBERAÇÃO ARSESP-727, DE 29-5-2017**

	<p>Dispõe sobre o ajuste provisório dos valores das Margens de Distribuição, atualização do Custo Médio Ponderado do gás e do transporte e sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte fixados nas tarifas, e sobre as Tabelas Tarifárias a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás canalizado Companhia de Gás de São Paulo – Comgás</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO ARSESP-726, DE 29-5-2017</u></b></p> <p>Dispõe sobre a aplicação do valor provisório do Termo de Ajuste K nas tarifas da Companhia de Gás de São Paulo – Comgás</p> <p><b>IMPrensa OFICIAL DO ESTADO S/A</b> <b><u>COMUNICADO</u></b></p> <p>A Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP comunica que, a partir de 1º de Junho de 2017, encerram-se a impressão e distribuição do Diário Oficial do Estado de São Paulo.</p> <p>O Diário Oficial continuará a ser produzido regularmente, disponível apenas na versão eletrônica, através do <i>website</i> <a href="http://www.imprensaOficial.com.br">www.imprensaOficial.com.br</a>, com mecanismo de busca por palavras, caderno, data e ano de publicação.</p> <p>A certificação digital atribuída às páginas do Diário Oficial, gravada no rodapé de cada página, autentica o <i>status</i> de documento válido e original.</p> <p>Destacamos ainda que as publicações continuarão a ser transmitidas normalmente via sistema Pubnet, conforme os horários preestabelecidos.</p> <p>As edições estarão disponíveis para consulta diariamente, a partir das 05h00 da manhã.</p> <p>Imprensa Oficial do Estado S/A - IMESP</p>
<p><b>Habitação (SH)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SH - 30, DE 1º-6-2017</u></b></p> <p>Define os limites de aporte por unidade habitacional de recursos complementares do Estado de São Paulo para viabilizar a produção de empreendimentos habitacionais em terrenos de propriedade da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU - a serem doados ao FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), na forma e limite que especifica</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SH - 24, DE 31-5-2017</u></b></p> <p>Regulamenta a política de reassentamento habitacional no âmbito da política de habitação de interesse social do governo do Estado de São Paulo, definindo diretrizes e procedimentos operacionais a serem observados pelos órgãos executores e parceiros</p>
<p><b>Meio Ambiente (SMA)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SMA-43, DE 31-5-2017</u></b></p> <p>Dispõe sobre fixação de preços de produtos e serviços, produzidos pelo Instituto de Botânica - IBt</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SMA - 41, DE 31-5-2017</u></b></p> <p>Estabelece o preço público a ser pago em razão da utilização de áreas e espaços do Parque Gabriel Chucre para a exploração de atividades de comércio de alimentos e de locação de bicicletas,</p>

	<p>patins e assemelhados</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SMA - 40, DE 31-5-2017</u></b>  Estabelece o preço público a ser pago em razão da utilização de áreas e espaços do Parque Dr. Fernando Costa, administrado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para a exploração de atividades de comércio de alimentos</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SMA 38, DE 31-5-2017</u></b>  Estabelecem diretrizes e condições para o licenciamento e a operação da atividade de recuperação de energia proveniente do uso de Combustível Derivado de Resíduos Sólidos Urbanos - CDRU em Fornos de Produção de Clínquer</p>
<p><b>Procuradoria  Geral do Estado  (PGE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO PGE-16, DE 1º-6-2017</u></b>  Altera os dispositivos que especifica da Resolução PGE 9, de 30-05-2014 e da Resolução PGE 6, de 12-05-2015(*)  (*) <i>Programa de ajuda financeira para aquisição de equipamentos de informática portáteis - "pró--hardware"</i></p>
<p><b>Saneamento e  Recursos Hídricos  (SSRH)</b></p>	<p><b>DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA (DAEE)</b>  <b><u>PORTARIA DAEE 1.630, DE 30-05-2017</u></b>  Dispõe sobre procedimentos de natureza técnica e administrativa para obtenção de manifestação e outorga de direito de uso e de interferência em recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo</p> <p><b><u>PORTARIA DAEE - 1.636, DE 30-5-2017</u></b>  Dispõe sobre condições administrativas para protocolo e tramitação de requerimentos de cadastros e de outorgas de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos, de domínio do Estado de São Paulo</p> <p><b><u>PORTARIA DAEE - 1.635, DE 30-5-2017</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> - Fica aprovada a Norma que disciplina a utilização de recursos hídricos subterrâneos, provenientes de processos de remediação em áreas contaminadas.  (...)</p> <p><b><u>PORTARIA DAEE - 1.631, DE 30-5-2017</u></b>  (...) <b>Art. 1º</b> - Ficam aprovadas as regras e as condições para o enquadramento de usos de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e reservatórios de acumulação que independem de outorga  (...)</p>
<p><b>Saúde (SS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO SS - 35, DE 1-6-2017</u></b>  Altera a representação do item 1, do Artigo 1º da Resolução SS - 91, de 15-09-2015, "Profissionais de Notória Especialização", na Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão com Organizações Sociais, e dá providências correlatas.</p>

	<p><b><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SES/SMS/SP - 1, DE 31-5-2017</u></b> Cria o Comitê Superior de Saúde para Assuntos de Dependência Química – CSSDQ, e dá providências correlatas</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SS - 33, DE 29-5-2017</u></b> Dispõe sobre a inclusão da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo nas Atas de Registro de Preços da Secretaria da Saúde, e dá providências correlatas.</p>
<b>Universidade de Campinas (UNICAMP)</b>	<p><b>CONSELHO UNIVERSITÁRIO (CONSU)</b> <b><u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-8, DE 30-5-2017</u></b> Dispõe sobre medidas visando ao aprimoramento da política de ingresso no Vestibular Unicamp a partir de 2019 e dá outras providências</p>
<b>Universidade de São Paulo (USP)</b>	<p><b>REITORIA</b> → Gabinete do Reitor (GR) <b><u>RESOLUÇÃO USP-7.344, DE 30-5-2017</u></b> Dispõe sobre os Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira da USP</p>
<b>Defensoria Pública do Estado (DPE)</b>	<p><b>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG)</b> <b><u>ATO NORMATIVO - 16, DE 25-5-2009</u></b> (consolidado) Dispõe sobre a classificação dos Defensores Públicos em seus respectivos locais de atuação</p> <p><b><u>ATO NORMATIVO - 15, DE 28-5-2009</u></b> (consolidado) Define os padrões de lotação dos locais de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo</p>
<b>Publicação DOE - Legislativo</b>	<b>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</b>
<b>03/06/2017</b>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 410, DE 2017</u></b> Classifica São Miguel Arcanjo como Município de Interesse Turístico. <a href="#">DOE, Legislativo, 03/06/2017, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 409, DE 2017</u></b> Classifica como de Interesse Turístico o Município de Itararé. <a href="#">DOE, Legislativo, 03/06/2017, p. 6</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 407, DE 2017</u></b> Classifica Itobi como Município de Interesse Turístico <a href="#">DOE, Legislativo, 03/06/2017, p. 5</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 406, DE 2017</u></b> Classifica Dolcinópolis como Município de Interesse Turístico.</p>

	<p><a href="#">DOE, Legislativo, 03/06/2017, p. 5</a></p>
<p><b>02/06/2017</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 404, DE 2017</u></b>  Classifica Louveira como Município de Interesse Turístico  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 9</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 403, DE 2017</u></b>  Dispõe sobre os recursos necessários ao funcionamento dos Conselhos Tutelares e à remuneração e formação continuada dos Conselheiros  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 9</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 402, DE 2017</u></b>  Dispõe sobre o pagamento anual do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores "IPVA", em Dez Parcelas  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 9</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 401, DE 2017</u></b>  Classifica Carapicuíba como Município de Interesse Turístico.  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 8</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 400, DE 2017</u></b>  Classifica Capivari como Município de Interesse Turístico.  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 8</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 399, DE 2017</u></b>  Classifica Adamantina como Município de Interesse Turístico.  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 8</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 398, DE 2017</u></b>  Classifica Fernandópolis como Município de interesse Turístico  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 8</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 396, DE 2017</u></b>  "Dispõe sobre a vedação do uso, comercialização e utilização de uniformes e fardas estaduais e municipais, e dá outras providências."  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 7</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 394, DE 2017</u></b>  Classifica General Salgado como Município de Interesse Turístico.  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 7</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 393, DE 2017</u></b>  Classifica Jquitiba como Município de Interesse Turístico.  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 7</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 392, DE 2017</u></b>  Classifica Monte Mor como Município de Interesse Turístico.  <a href="#">DOE, Legislativo, 02/06/2017, p. 7</a></p>
<p><b>01/06/2017</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 390, DE 2017</u></b>  Institui no âmbito dos estabelecimentos carcerários das Comarcas</p>

do Estado de São Paulo, a possibilidade de remição de pena pela leitura.

[DOE, Legislativo, 01/06/2017, p. 13](#)

#### **PROJETO DE LEI Nº 389, DE 2017**

Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do Programa Bom Prato no município de São Roque.

[DOE, Legislativo, 01/06/2017, p. 13](#)

#### **PROJETO DE LEI Nº 387, DE 2017**

Dispõe sobre a classificação do Município de Adolfo como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 01/06/2017, p. 12](#)

#### **PROJETO DE LEI Nº 386, DE 2017**

Institui a "Semana da Ciência, Tecnologia e Inovação", no ensino médio das Escolas Públicas e Privadas em todo Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 01/06/2017, p. 12](#)

#### **PROJETO DE LEI Nº 385, DE 2017**

Classifica Avanhandava como Município de Interesse Turístico.

[DOE, Legislativo, 01/06/2017, p. 12](#)

#### **PROJETOS DE RESOLUÇÃO**

##### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10, DE 2017**

Alteram os artigos 98 e 99 da Resolução nº 576, de 26/06/1970, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 01/06/2017, p. 13](#)

#### **TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)**

#### **COMUNICADOS**

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

##### **COMUNICADO SDG Nº 16/2017**

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do Comunicado SDG nº 11/2017, TORNA PÚBLICO aos órgãos jurisdicionados que a remessa das informações de licitações, contratos e execução contratual, coletadas na Fase IV do Sistema AUDESP, deverá ser efetuada de acordo com os seguintes critérios:

#### **1. Órgãos Jurisdicionados da área Estadual**

Informações	Critério para a remessa obrigatória	Prazo para remessa	Período da remessa obrigatória
Dados de licitações, anuladas, desertas, fracassadas, revogadas	Ato de conclusão do certame com data de publicação igual ou superior a 08.08.2016;	05 dias a contar da data da publicação do respectivo ato que concluiu o certame	08/08/2016
Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 03.04.2017;	10 dias a contar da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congênere	Até 30/06/2017
Licitações	Data da assinatura	10 dias a contar	Até

adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a R\$ 1.500.000,00	do contrato / ajuste igual ou superior a 03.07.2017;	da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congêneres	29/12/2017
Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 02.01.2018;	10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congêneres	Até 29/06/2018
Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a R\$ 650.000,00	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 02.07.2018;	10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congêneres	Até 31/12/2018
Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a 250 UFESPs	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 02.01.2019;	10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congêneres	A partir de 02/01/2019

## 2. Órgãos Jurisdicionados da área Municipal

Informações	Critério para a remessa obrigatória	Prazo para remessa	Período da remessa obrigatória
Dados de licitações, anuladas, desertas, fracassadas, revogadas	Ato de conclusão do certame com data de publicação igual ou superior a 08.08.2016;	05 dias a contar da data da publicação do respectivo ato que concluiu o certame	08/08/2016
Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a R\$ 40.000,00	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 03.04.2017;	10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congêneres	Até 30/06/2017
Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a R\$ 30.000,00	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 03.07.2017;	10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congêneres	Até 29/12/2017
Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 02.01.2018;	10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congêneres	Até 29/06/2018

	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="512 145 799 226">superior a R\$ 20.000,00</td> <td data-bbox="799 145 1066 226"></td> <td data-bbox="1066 145 1294 226"></td> <td data-bbox="1294 145 1463 226"></td> </tr> <tr> <td data-bbox="512 226 799 461">Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a R\$ 10.000,00</td> <td data-bbox="799 226 1066 461">Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 02.07.2018;</td> <td data-bbox="1066 226 1294 461">10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congênere</td> <td data-bbox="1294 226 1463 461">Até 31/12/2018</td> </tr> <tr> <td data-bbox="512 461 799 696">Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a 250 UFESPs</td> <td data-bbox="799 461 1066 696">Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 02.01.2019;</td> <td data-bbox="1066 461 1294 696">10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congênere</td> <td data-bbox="1294 461 1463 696">A partir de 02/01/2019</td> </tr> </table> <p>Dúvidas e esclarecimentos sobre a Fase IV – Licitações e Ajustes do Sistema AUDESP deverão ser encaminhados pelo canal “Fale Conosco”, disponível na página <a href="http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/">http://www4.tce.sp.gov.br/audesp/</a>. SDG, em 31 de maio de 2017. <b>SÉRGIO CIQUERA ROSSI</b> SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL <a href="#">DOE, Legislativo, 01/06/2017, p. 22</a></p>	superior a R\$ 20.000,00				Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a R\$ 10.000,00	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 02.07.2018;	10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congênere	Até 31/12/2018	Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a 250 UFESPs	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 02.01.2019;	10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congênere	A partir de 02/01/2019
superior a R\$ 20.000,00													
Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a R\$ 10.000,00	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 02.07.2018;	10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congênere	Até 31/12/2018										
Licitações adjudicadas, bem como aquisições por dispensa / inexigibilidade com valor igual ou superior a 250 UFESPs	Data da assinatura do contrato / ajuste igual ou superior a 02.01.2019;	10 dias a contar da data da data da assinatura do contrato ou do ajuste do congênere	A partir de 02/01/2019										
<p><b>31/05/2017</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b> <b><u>PROJETO DE LEI Nº 383, DE 2017</u></b> Classifica Vinhedo como Município de Interesse Turístico <a href="#">DOE, Legislativo, 31/05/2017, p. 12</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 382, DE 2017</u></b> Classifica Valinhos como Município de Interesse Turístico <a href="#">DOE, Legislativo, 31/05/2017, p. 12</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 381, DE 2017</u></b> Classifica Itaquaquecetuba como município de Interesse Turístico. <a href="#">DOE, Legislativo, 31/05/2017, p. 12</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 380, DE 2017</u></b> Classifica Vargem Grande Paulista como município de Interesse Turístico. <a href="#">DOE, Legislativo, 31/05/2017, p. 12</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 379, DE 2017</u></b> Classifica Ferraz de Vasconcelos como município de Interesse Turístico. <a href="#">DOE, Legislativo, 31/05/2017, p. 11</a></p> <p><b><u>PROJETO DE LEI Nº 378, DE 2017</u></b> Classifica Jacareí como município de Interesse Turístico. <a href="#">DOE, Legislativo, 31/05/2017, p. 11</a></p>												

<p><b>30/05/2017</b></p>	<p><b>PROJETOS DE LEI</b>  <b><u>PROJETO DE LEI Nº 376, DE 2017</u></b>  Dispõe sobre isenção tributária para a aquisição de veículos automotores para uso no transporte escolar.</p> <p><b>PROJETOS DE RESOLUÇÃO</b>  <b><u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2017</u></b>  Modifica a <a href="#">Resolução nº 880, de 15 de fevereiro de 2012</a> que cria a Procuradoria Especial da Mulher, como órgão não vinculado à Procuradoria da ALESP, e dá outras providências.  <a href="#">DOE, Legislativo, 30/05/2017, p. 12</a></p>
<p><b>Publicação DO - Cidade</b></p>	<p><b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b></p>
<p><b>01/06/2017</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 16.651, DE 16 DE MAIO DE 2017</u></b>  (PROJETO DE LEI Nº 240/17, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO)  Cria o Conselho Municipal de Desestatização e Parcerias e o Fundo Municipal de Desenvolvimento.  <i>Republicação da Lei nº 16.651, de 16 de maio de 2017, nos termos do despacho do Senhor Prefeito proferido no processo nº 2017-0.066.097-3, publicado nesta data.</i>  ...  <b>RETIFICAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DE 1º DE JUNHO DE 2017, POR TER SAÍDO COM INCORREÇÕES/OMISSÕES.</b>  <b>LEI Nº 16.651, DE 16 DE MAIO DE 2017</b>  <i>No artigo 2º, "caput" e §§ 2º e 5º, leia-se como segue e não como constou:</i>  <b>Art. 2º (VETADO)</b>  .....  <b>§ 2º (VETADO)</b>  .....  <b>§ 5º (VETADO)</b></p> <p><b><u>DECRETO Nº 57.715, DE 31 DE MAIO DE 2017</u></b>  Altera o artigo 10 do <a href="#">Decreto nº 55.750, de 4 de dezembro de 2014</a>, que regulamenta o processo eleitoral dos membros da sociedade civil do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

**Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa  
[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Marcelo Conti  
[mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Mauro Sérgio Nascimento da Silva  
[maurosilva@sp.gov.br](mailto:maurosilva@sp.gov.br)

**Secretaria de Governo do Estado de São Paulo**

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Biblioteca

**Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107